Sergio Quaranta

OS OBJETIVOS DA AGENDA 2030

No dia 7/5, o comitê interinstitucional criado pelo Conselho Nacional de Justiça apresentou o primeiro relatório que integra metas do Poder Judiciário aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. "O documento contribui para a criação de novos caminhos e a promoção de ações para acabar com a pobreza, fomentar a prosperidade e proteger o meio ambiente", afirmou o presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, durante a solenidade de entrega do relatório.

O primeiro passo para essa integração foi dado durante o XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em dezembro de 2018, em que ficou decidida a inclusão dos ODS no planejamento estratégico do Poder Judiciário de 2020. Com o objetivo de realizar os estudos e viabilizar a integração, o CNJ instituiu o comitê interinstitucional através da Portaria nº 133 de 28/9/2018.

Dentro dessa perspectiva, foi criado também o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) que tornou possível a formação de uma rede de colaboração e participação de juízes e servidores de todos os tribunais do país. O trabalho vem sendo desenvolvido sob o formato de laboratório de inovação utilizando a ferramenta metodológica Design Thinking. Foram realizados diversos encontros com a finalidade de mapear programas, projetos e construir indicadores sobre a atuação do Judiciário e conectá-los à pauta da Agenda 2030.

Um desses encontros aconteceu em janeiro de 2019, nas dependências do iJuspLab - Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo. "Estamos com um olhar multidisciplinar avaliando como vamos construir as ações para a implementação da Agenda no Judiciário. É muito importante termos medidas que imprimam qualidade, excelência e celeridade nos processos que envolvam os objetivos sustentáveis", afirmou a juíza diretora do Foro, Luciana Ortiz.

O relatório realizado pelo comitê sistematiza informações que incluem estudos estatísticos e levantamento sobre o número de ações distribuídas e decididas pelo Judiciário. Além disso, aborda temas como os que geram o maior número de demandas para as Cortes, além de suas respectivas áreas como saúde, educação, questões previdenciárias, execução fiscal, crime, combate ao crime organizado e corrupção.

Entre as propostas elencadas no relatório está a criação da Meta 9, no âmbito do Poder Judiciário. Ela pretende institucionalizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no Judiciário, aperfeiçoar a comunicação com os usuários do sistema, intensificar o intercâmbio nacional e internacional com a rede de inovação no setor público e tornar os indicadores da prestação jurisdicional mais transparentes e eficientes.

Maria Tereza Uille - Coordenadora do Comitê em reunião no iJuspLab

De acordo com a coordenadora do comitê, conselheira Maria Tereza Uille, o trabalho aproxima a missão do Poder Judiciário à agenda internacional e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, "sobretudo no que diz respeito à implementação do ODS 16 que trata da paz, justiça e das instituições eficazes", ressaltou.

A Agenda e seus objetivos

Agenda 2030 é um compromisso firmado em 2015 por líderes de 193 países, incluindo o Brasil, e coordenada pela ONU. Ela é composta por 17 ODS e 169 metas relacionadas à efetivação dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais. O plano de ação visa erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade.

Os ODS firmam a visão de que para colocar o mundo em um caminho sustentável, é urgente tomar medidas ousadas e transformadoras com tarefas a serem cumpridas por todas as pessoas, em todas as partes do mundo, até 2030.